

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS – FCL/AR – CAMPUS ARARAQUARA**

CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JUAN FELIPE DO PRADO ALVES

CIBERESPAÇO: DESAFIOS DO NOVO AMBIENTE DE DEBATE PÚBLICO

ARARAQUARA-SP

2021

JUAN FELIPE DO PRADO ALVES

**CIBERESPAÇO: DESAFIOS DO NOVO AMBIENTE DE DEBATE
PÚBLICO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
**Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho”** como requisito parcial a
obtenção de título de Bacharel

Orientadora: Profa. Dra. Carla Gandini Giani
Martelli

ARARAQUARA-SP

2021

A474c	Alves, Juan Felipe do Prado Ciberespaço: desafios do novo ambiente de debate público / Juan Felipe do Prado Alves. -- Araraquara, 2021 50 p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara Orientadora: Carla Gandini Giani Martelli 1. política. 2. ciberespaço. 3. Democracia. I. Título.
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

JUAN FELIPE DO PRADO ALVES

CIBERESPAÇO: DESAFIOS DO NOVO AMBIENTE DE DEBATE PÚBLICO

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
**Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho”** como requisito parcial a
obtenção de título de Bacharel

Data de entrega: 16/07/2021

Banca Examinadora

Prof^a Dr^a Carla Gandini Giani Marteli (orientadora)

Prof^a Dr^a Lucileia Aparecida Colombo

Prof. Dr. Marcelo Santos

Araraquara, 2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente aos meus pais, Maria Aparecida Gonçalves do Prado Alves e Vilson Roberto Alves, e a minha irmã, Jaqueline do Prado Alves, que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando na vida desde o momento em que nasci.

À minha amiga de infância, Beatriz Mendonça Costa, que além de sempre ter sido uma amiga excepcional, também é exemplar em sua sabedoria e compaixão, sendo, para mim, motivo de inspiração e felicidade.

Agradeço também à minha orientadora Carla Giani Martelli, que sempre paciente, me permitiu construir e melhorar este trabalho, além de ser exemplar em seu exercício docente, o que me traz orgulho em ser orientado por ela.

Resumo

A conexão dos indivíduos no espaço virtual e *online* é uma realidade relativamente recente na história e, portanto, ainda carece de muitos estudos para compreensão do seu impacto nas várias dimensões da vida humana. A presente pesquisa quer contribuir trazendo à luz a discussão sobre os impactos e possibilidades que a comunicação virtual apresenta para o debate público e, conseqüentemente, para a política. Para tanto, foi realizada revisão bibliográfica que contempla autores que contribuíram de diversas formas para a compreensão do objeto estudado. Ao final da pesquisa concluiu-se que o desenvolvimento do ciberespaço pode significar avanços e retrocessos em relação ao debate público, o que gera dissenso entre os autores que variam entre otimistas, pessimistas e céticos em relação ao possível ambiente de debate público.

Palavras-chave: Ciberespaço. Democracia. Internet. Rede.

Abstract

The connection of individuals in virtual and online space is a relatively recent reality in history and therefore still lacks many studies to understand its impact on the various dimensions of human life. This research wants to contribute by bringing to light the discussion about the impacts and possibilities that virtual communication present for public debate and politics. To this end, a bibliographic review was conducted, which includes authors who contributed in various ways to the understanding of the object studied. At the end of the research it was concluded that the development of cyberspace can mean advances and setbacks in relation to public debate, which generates dissent among authors that vary between optimists, pessimists and skeptics in relation to the possible environment of public debate.

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ARPA: Advanced Research Project Agency

Arpanet: Advanced Research Project Agency Network

Usenet: Unix User Network

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LAPOP: Latin American Public Opinion Project

MBL: Movimento Brasil Livre

TIC: Tecnologias da Informação e Comunicação

VPR: Vem Pra Rua

USP: Universidade de São Paulo

PT: Partido dos Trabalhadores

PSOL Partido Socialismo e Liberdade

PSDB Partido da Social Democracia Brasileira

MDB Movimento Democrático Brasileiro

MIT: Massachussets Institute of Technology

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. BREVE HISTÓRICO DAS REDES	9
3. O IMPACTO DO CIBERESPAÇO	10
3.1 As mídias não digitais	15
3.2 Comunicação no ciberespaço	16
4. A CULTURA NAS REDES.....	19
5. CIBERESPAÇO E POLÍTICA	22
5.1 Os otimistas	25
5.2 Os pessimistas	27
5.3 A mentira trajada de verdade: as <i>fakenews</i>	30
6. O CARÁTER DUAL DAS REDES.....	35
Referências bibliográficas	44

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento e a difusão dos aparelhos capazes de acessar o mundo virtual (celulares, computadores, *notebooks*) tiveram impacto direto nas várias dimensões da vida em sociedade, em todas as partes do mundo. A socialização entre as pessoas não está mais limitada ao mundo material, o que torna as interações mais complexas ao se estenderem ao mundo virtual nas redes (BARRETO, 1997). Os estudos na área da ciência política e sociologia procuraram compreender essa nova forma virtual de relacionamentos que nitidamente possui suas especificidades. Aldo de Albuquerque Barreto, Pierre Levy e outros estudiosos debruçaram-se sobre o tema da existência de uma nova esfera pública na rede.

A rede pode ser entendida como fruto das relações humanas a partir de mediadores. Mediadores, enquanto atores inumanos, e os próprios humanos, formam estas novas relações em espaço virtual, permitindo mobilidade de atores e seus comportamentos. (LE MOS, 2012, p.18). Assim como a sociedade nunca se mantém inalterável, em rede não é diferente; a rede é fluída, formada por sujeitos que sofrem transformações e fazem da rede um espaço de mediações. A rede é expandida a partir da criação e disseminação da internet, pois o número de nós (as partes que compõem o todo que é a rede) aumenta significativamente e não impõe a si um limite; a internet, por si, permite a criação de novos nós sem um limite pré-determinado, pois ela estabelece redes digitais *online* (CASTELLS, 2003). Os limites para geração de novos nós encontram muito mais barreiras sociais e políticas do que tecnológicas.

O objetivo desta pesquisa é estudar as possibilidades e impactos que as interações políticas mediadas por aparelhos tecnológicos apresentam; existe uma larga bibliografia que permite cumprir com este objetivo, e por esse motivo optou-se por elaborar uma pesquisa bibliográfica, com atenção especial ao livro *Cibercultura* de Pierre Levy, por apresentar a ideia de ciberespaço e ser um dos objetivos dos estudos deste autor desenvolver este conceito; bem como receberá destaque a tese de J.R Hansen, que elabora articulações entre os pensamentos de diversos estudiosos em torno das relações políticas virtuais. Outro autor que receberá destaque é Manuel Castells, que em seu livro “*A galáxia da internet*” permite pensar diversas questões que tocam ao meio digital, como as consequências do individualismo para as relações que se desdobram nele. A partir dessas referências será possível mobilizar argumentos para mostrar o impacto das redes no campo da política.

Primeiro, será apresentado um breve histórico sobre a criação da internet, para que se possa entender o processo de formação da internet que possibilita as relações virtuais, depois

se inicia uma exposição sobre o impacto social gerado pelo ciberespaço, sendo ilustrado por dados quantitativos que evidenciam como se distribui a utilização da internet, e quais as possibilidades que este desenvolvimento midiático apresenta para a política. Em um quarto momento, discorreremos sobre as mudanças culturais em curso, fruto das novas interações digitais. Depois de finalizada esta exposição sobre o ciberespaço, será elaborada uma discussão teórica entre alguns autores sobre as consequências para o campo político das relações em rede e as convergências e divergências de pensamento sobre este objeto. A partir de todos estes momentos será possível construir uma conclusão em torno do ciberespaço enquanto novo ambiente de debate público.

2. BREVE HISTÓRICO DAS REDES

Para que se entenda como as redes digitais tornaram-se um objeto tão importante de estudo e uma ferramenta multirefex que afeta diretamente a forma com a qual se realizam as relações sociais, é preciso fazer uma rápida retomada histórica que permita entender sua origem e desenvolvimento.

A primeira tentativa de desenvolvimento de uma forma embrionária de internet foi realizada pela organização Arpa (*Advanced Research Project Agency*), uma agência estadunidense focada na elaboração de projetos militares, tinha por objetivo gerar, com a cooperação das universidades, superioridade científica e tecnológica nos Estados Unidos em contraposição a União Soviética (CASTELLS, 2003). Desta agência surge, em 1962, o projeto Arpanet. Este projeto tinha como objetivo estudar possíveis trocas a serem feitas entre computadores, e já em 1971 havia quinze nós espalhados entre centros universitários que eram utilizados tanto em Harvard quanto no MIT. Em 1972, o projeto foi tido como bem-sucedido e apresentado em uma conferência internacional (CASTELLS, 2003). Embora já em 1972 já estivesse estabelecida uma rede de computadores, ela é tida apenas como uma ferramenta acadêmica de grupos muito exclusivos, o que começa a mudar em 1978. Seis anos após a apresentação da Arpanet, a primeira rede de computadores, os usuários do sistema operacional UNIX criaram uma forma de compartilhar material entre os computadores de forma totalmente independente da Arpanet, esta nova rede de compartilhamento entre computadores proporcionada pelo sistema UNIX foi nomeada como UseNet. Por dois anos, existiram duas redes de computadores: a Arpanet e a UseNet, até que em 1980 estudantes universitários conseguiram fundir a Arpanet a UseNet, dando forma ao que hoje se chama Internet. A partir deste momento, a rede integrada de computadores foi sendo constantemente

aprimorada, permitindo maior interação entre os usuários e a utilização de mensagens cada vez mais complexas. Todo esse processo se deu a despeito da população em geral, pois foi gerido por pesquisadores da comunidade acadêmica. Isto começa a mudar em 1995, quando a empresa Microsoft desenvolveu o seu sistema operacional Windows 95, e além dele um navegador próprio, chamado Internet Explorer.

O advento da internet alterou a relação, em um primeiro momento, entre pesquisadores, mas conforme se desenvolveu e tornou-se mais acessível à população civil em geral, transformações nas relações sociais em razão da internet se tornaram cada vez mais frequentes.

3. O IMPACTO DO CIBERESPAÇO

O mundo globalizado impôs uma série de novas questões para as ciências humanas, uma delas foi entender as consequências dos avanços na área da comunicação, que permitiram a inter-relação entre milhares de pessoas a partir de aparelhos conectados uns aos outros através da rede. Este grande número de pessoas podem comunicar-se livremente dentro de um espaço virtual e cibernético, de forma privada ou pública, exercendo influência umas sobre as outras no ciberespaço (LEVY, 1999).

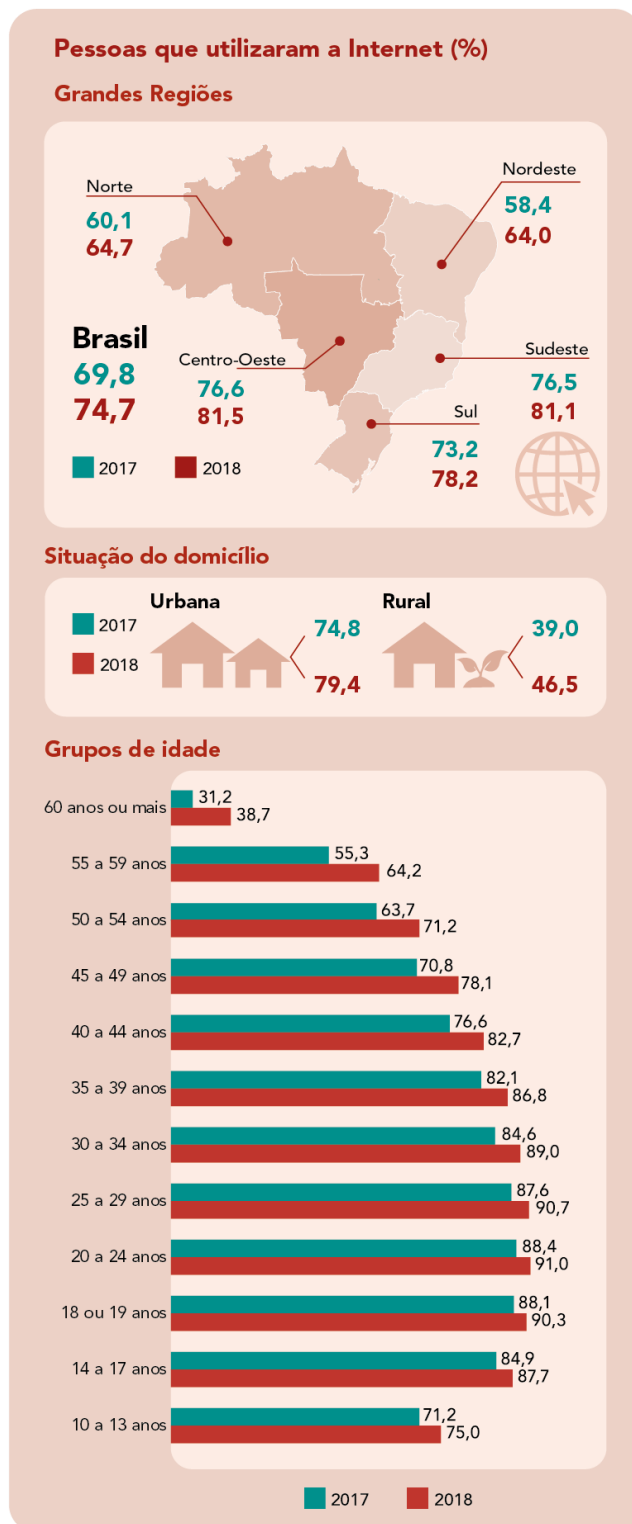
O conceito de ciberespaço é definido da seguinte forma:

O ciberespaço (que também chamarei de rede) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ele abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. (LEVY, 1999, p.17).

Percebe-se, então, a vastidão que constitui o ciberespaço, que engloba as pessoas que se colocam nele, os aparelhos que permitem tal conexão e todas as informações que são postas na rede. Enquanto espaço de interação entre muitas pessoas, dados apresentados pela TIC domicílios expõem que 75% da população de área urbana e 51% da população de área rural possuem acesso à internet (TIC domicílios, 2019). Uma das consequências desse alto número de pessoas conectadas é que se abre espaço para que, por meio das redes digitais, discursos dos mais diversos tornem-se públicos e influenciem muitos internautas.

Voltando-se para o cenário brasileiro, dados do IBGE permitem observar o crescimento da utilização da internet no Brasil por macrorregião e por faixa etária:

Figura 1: Distribuição percentual das pessoas que utilizam a internet por macrorregião:



Fonte: IBGE. Acesso em 07 de março de 2021.

Como pode se observar, de 2017 para 2018, todas as macrorregiões apresentaram um aumento expressivo no número de pessoas que utilizam a internet. A região Sudeste teve um crescimento de 4,6%, assim como o Norte, o Sul alcançou 5% de crescimento, no Brasil como

um todo houve crescimento de 4,9%. Esses números tornam-se ainda mais relevantes ao se levar em consideração que se tratam das alterações percentuais que ocorrem no tempo de um ano. As regiões urbana e rural também apresentaram crescimento no número de usuários. 79,4% de toda a população urbana utilizam a internet em 2018, enquanto 46,5% a utilizam no meio rural.

Quanto aos grupos de idade, se constata que todos eles tiveram um aumento no número de pessoas que utiliza a internet. O grupo mais jovem, que é o das crianças entre 10 e 13 anos de idade, atinge 75% enquanto usuários da internet. O grupo com maior percentual de usuários é o dos jovens entre 20 e 24 anos, que atinge 91%. Mesmo os grupos em idade mais avançada tiveram aumento percentual de usuários e apresentam números significativos.

O infográfico também permite constatar uma desigualdade de acesso entre os cidadãos, que se expressa mais explicitamente no mapa das macrorregiões e na comparação entre área urbana e rural. Mesmo que o Norte e o Sudeste tenham sofrido um igual aumento percentual no número de usuários, o Sudeste ainda mantém porcentagens muito elevadas, mesmo em comparação com a média nacional. O Nordeste, que possui 64% de sua população como usuária, ainda tem 17,1% a menos do que o Sudeste e 10,7% a menos que a média nacional. O contraste entre área rural e área urbana também é muito significativo. Existe uma diferença de 32,9% entre as áreas em 2018 e de 35,8% em 2017. Enquanto a maioria da população da área urbana utiliza da internet, a minoria dos cidadãos da área rural a acessa, ainda em 2017.

É possível tirar duas conclusões a partir desses dados: no Brasil, existe um aumento geral no número de indivíduos que fazem uso da internet, que se expressa em todos os grupos populacionais analisados. Ainda assim, este aumento não diz sobre uma igualdade de acesso as redes, pelo contrário, ficou evidente que existe uma desigualdade geral sobre a utilização da internet, que se expressa tanto geograficamente quanto no contraste entre área rural e urbana. O aumento no número de indivíduos que se envolvem com o ciberespaço implica em maior complexidade sobre as relações que se estabelecem nele. Para a ciência política, a relação entre as pessoas no espaço virtual se constitui numa questão cheia de particularidades, visto que anteriormente às grandes transformações na área da comunicação, os discursos políticos tinham um alcance muito limitado territorialmente em relação aos que são postados na rede. O ciberespaço não possui barreiras nacionais, todo o texto que se encontra neste espaço pode se disseminar livremente, sendo impreciso qualquer cálculo de limite sobre o

alcance da mensagem. Este espaço tem a capacidade natural de expandir-se sempre que recebe novos atores. Não existe um limite pré-determinado, para além das condições mínimas para que o acessem, e seja possível atuar nele. Como colocou Pierre Levy: “A extensão do ciberespaço acompanha e acelera uma virtualização da economia e da sociedade” (LEVY, 1999, p.52), o que significa dizer que a sociedade se insere, de forma acelerada, no ciberespaço.

Os partidos políticos, instituições essenciais da democracia moderna, não deixaram de se adaptar ao novo ambiente de debate político. PT, PSDB, PSOL, MDB, e vários outros partidos possuem páginas em redes sociais e sites próprios, que são acompanhados por milhares de usuários. O PT, por exemplo, possui no momento em que esta pesquisa é realizada 604 mil seguidores em sua página oficial no *instagram*, chamada “ptbrasil”, e faz publicações com frequência. Desta forma, os partidos adaptam-se aos meios digitais, ao promoverem campanha online, criarem perfis partidários, perfis ativos de personalidades dos partidos.

A vastidão do ciberespaço não se dá meramente pelo número de pessoas que podem nele interagir, mas se desdobra no compartilhamento de informações que se realiza nele. Os que têm acesso à rede podem acessar muitas informações a partir de pesquisas que o sujeito realiza. Assim, o material com o qual se tem contato não é aleatório, mas intermediado de forma que o mais interessante para cada um seja preferencialmente evidenciado. A informação pode ser na forma digitalizada, sonora ou visual, todas as formas de informação existem em grande quantidade e são editáveis com grande facilidade, sendo um objeto absolutamente manipulável a partir dos interesses. Se se pretende alterar uma imagem, um texto escrito ou uma foto, isso pode levar segundos para que fique como o autor deseja. (LEVY, 1999). Essa facilidade de transformar o texto se torna possível uma vez que ele esteja na forma virtualizada e acessível aos computadores, pois esta é uma função fundamental deles, os quais são os mediadores entre os indivíduos e o meio virtual. As máquinas que fornecem acesso ao ciberespaço não são simplesmente meios para a produção e disseminação de fatos; são, antes, meios de virtualizar a informação, o que significa que o que antes era posto em mídias não digitais, como jornal e revistas, agora podem ser postas, em grandes quantidades, no meio digital. Apesar das máquinas serem intermediadoras, o que as fazem necessárias para constituição do meio virtual, elas não são autoras dentro dele. As máquinas possibilitam a existência do ciberespaço, mas os sujeitos nele são as pessoas, mesmo que limitados tecnicamente pelos aparelhos. De fato existem formas de fazer com que as

máquinas assumam um comportamento que pode ser confundido com o humano, mas isso seria erroneamente considerado uma expressão das máquinas; seria na verdade uma forma artificial de uma pessoa ou grupo expressar-se através das máquinas guiando seus comportamentos. Esta alteração é significativa, pois a forma da informação assume uma diversidade vasta, um mesmo texto pode ser editado diversas vezes, por diversas pessoas, e chegar aos leitores de várias formas. Aquele que o publica pode editá-lo facilmente, e caso o faça todos os leitores que tenham acesso ao material posteriormente verão a forma editada. Além disso, os próprios leitores podem copiar o texto e transforma-lo como desejarem, e compartilharem na rede com suas próprias alterações. Desta forma, todos podem transformar a informação que circula facilmente e em pouco tempo.

As informações, portanto, são fluídas, transformadas constantemente, e atingem o cibernauta de acordo com suas preferências no ciberespaço, pois aquele que interage com o meio virtual é referência para a seleção das informações, uma vez que cada usuário escolhe quais páginas acessará, quais outros usuários “seguirá”, e, caso se sinta muito descontente com o outro, em muitas ocasiões poderá simplesmente bloqueá-lo ou até mesmo promover o seu “cancelamento”. A prática de cancelamento nas redes pode ser entendida como deixar de apoiar e instigar o abandono do apoio a um indivíduo ou a um grupo. O cancelamento é uma resposta a uma ação tida como inaceitável por aqueles que cancelam. É uma forma de não só reagir, mas demonstrar desaprovação a esta determinada ação, e busca atingir diretamente o usuário ao cancelá-lo (HOESCHER, 2020). A frequência com a qual os cancelamentos se dão nas redes fez com que surgisse o termo “cultura do cancelamento”. A recorrência desta prática é possível, pois: “as mídias sociais, dentro do contexto da Cultura do Cancelamento, ainda aproximam, de certa forma, o usuário da figura a ser cancelada em questão” (HOESCHER, 2020, p.40). Como os usuários estão aproximados no ciberespaço, os seus comportamentos *online* são perceptíveis entre si, e as reações a estes comportamentos também são públicas, como no caso do cancelamento, em que um usuário acaba perdendo muito apoio dos demais em razão de seus atos. A prática do cancelamento é uma demonstração do poder dos usuários em selecionar, até certo ponto, com quais informações e com quais usuários terá contato. A busca dos usuários por aquilo que os agrada em rede faz com que pessoas que compartilham pensamentos semelhantes estejam cada vez mais próximas virtualmente, pois acessam os mesmos materiais, ao passo que pessoas com pensamentos muito distintos “distanciam-se”, pois acessam conteúdos diferentes.

Esta tendência de aproximação entre semelhantes é estudada por Recuero e Gruzd (2019), que chamaram o fenômeno de “homofilia”. Esta aproximação entre indivíduos e grupos que compartilham determinadas ideias é responsável, de acordo com as autoras, pela geração de “bolhas”, grupos que compartilham crenças, ideias e posicionamentos. Nessas bolhas nem todos participam, e os que participam conseguem praticar grandes e constantes manifestações digitais, que propagarão nas “bolhas”, isto é, entre aqueles que concordam com ela (RECUERO; GRUZD. 2019).

A condição que a homofilia impõe ao ciberespaço pode significar um obstáculo para a circulação do texto. Apesar desta dificuldade, essa nova dinâmica informacional gerou, para Aldo de Albuquerque Barreto, a “libertação do texto e da informação” (BARRETO, 1998), pois anterior à comunicação eletrônica, os meios de informação eram controlados por intermediadores poderosos que geriam o fluxo de acesso à informação. O texto que seria consumido era selecionado pelo grupo gestor da informação, o que lhes garantia poder de moldar opiniões e conhecimentos sobre os acontecimentos.

Justamente pelo ciberespaço permitir o inverso, isto é, permitir que muitos atuem sobre a informação e a transmitam, é que ele seria libertador, na medida em que garante a expressão ampla e generalizada entre os que convivem no meio virtual. Nas palavras de Aldo de Albuquerque Barreto:

A comunicação eletrônica veio definitivamente libertar o texto e a informação de uma ideologia envelhecida e autoritária dos gestores da recuperação da informação, defensores de uma pretensa qualidade ameaçada, os fatais intermediários e porta-vozes que veem seus poderes ameaçados cada vez mais pela facilidade da convivência direta entre os geradores e consumidores da informação. (BARRETO, 1998. p.126).

3.1 As mídias não digitais

As mídias não digitais, denominadas por Pierre Levy (1999) como “mídias clássicas”, são entendidas como aquelas que precederam o ciberespaço, seja o rádio, a televisão e o jornal impresso, e que pressupõe o indivíduo que escuta, assiste, ou lê as notícias como mero receptor e interpretador de texto, seja visual ou sonoro.

Em momentos anteriores à formação e ampla disseminação do ciberespaço, o poder de influência das mídias não digitais era muito superior ao dos indivíduos, uma vez que elas possuíam amplo poder de formação de opinião e alcance. Por este motivo Pierre Levy (1999) denominou o fluxo informacional que se dá nessas mídias de unidirecional, uma vez que a

informação que parte das mídias não digitais é decodificada pelos indivíduos, os quais formam opiniões e guiam suas ações a partir destas informações. Além disso, não existe garantia alguma sobre a confiabilidade ou grau de relevância das informações que são expostas, pelo contrário, assumindo-se que um dos objetivos das grandes mídias é, geralmente, atingir sempre mais pessoas, o sensacionalismo e a preferência por informações atraentes ao invés das úteis fazem das tomadas de decisão das mídias desconfiáveis.

Assumindo a utilidade das informações, é crucial que se compreenda o quão poderosos são os grandes veículos de informação ao deterem o poder de decidir sobre a informação. Como os sujeitos tomam decisões com base no que conhecem, os grandes veículos podem induzir comportamentos e pensamentos ao filtrar quais informações serão acessadas para cumprir com a utilidade de guiar as decisões dos indivíduos. Além disso, atores políticos, que encontram grandes vantagens nas capacidades da grande mídia, aproximam-se dela na tentativa de manejar o que será exibido e deixar “invisível” aquilo que poderia desestabilizar suas imagens públicas (GOMES, 2005). Essas observações permitem entender os perigos e malefícios que as mídias clássicas podem oferecer para a qualidade do debate público, que objetiva ser qualificado e democrático, e também faz pensar quais são as reais alterações que um espaço virtual pode oferecer para sanar os problemas.

Com o desenvolvimento das mídias digitais e a ampliação do ciberespaço, o poder de influência dos indivíduos é potencializado, uma vez que o alcance e a imediatez das mensagens são muito ampliados. Desta forma, ao tratar do fluxo informacional no ciberespaço, é correto considera-lo multidirecional (LEVY, 1999), uma vez que milhares de indivíduos podem relacionar-se de forma organizada, contestar e formar novas opiniões em um curto espaço de tempo, e sem as dificuldades espaciais que os meios presenciais de participação impõem. Resumidamente, pode-se dizer que o ciberespaço amplia o sentido multidirecional da informação e contesta os limites tempo-espaciais.

3.2 Comunicação no ciberespaço

No ciberespaço, o comunicador, seja o cidadão ou uma organização, seleciona a informação, processa e compartilha, de forma que muitos possam ser receptores do texto que produziu. Os receptores, ao assimilarem a informação a partir do material, podem reagir e assumir posição compartilhando uma resposta ao texto, ou mesmo colaborando com a disseminação dele, de forma rápida e intensa, em uma rede interativa que se sobrepõe a barreiras geográficas.

O meio digital prevê a possibilidade de reagir ao que é exposto, de forma a aprovar ou reprovar o material com o qual se tem contato. Esta reação poderá ter uma grande notoriedade pelos outros indivíduos, que podem interagir e reagir com espontaneidade. A interação entre os agentes é fundamental para que o ciberespaço seja pensado enquanto uma esfera política, de diálogo e discussão entre as várias partes que o constituem. Ela significa a formação de mais relações, visto que a questão da distância está vencida, relações que podem se dar com maior frequência, vista a facilidade de acesso ao ciberespaço entre aqueles que possuem os aparelhos que permitem esta interconexão.

Para além do ciberespaço enquanto um ambiente de interconexão é preciso entendê-lo também como um espaço de relação entre conhecimentos, mesmo os científicos. Diversas plataformas têm publicado milhares de artigos e textos de outros formatos que são úteis para o avanço da pesquisa em várias partes do mundo. Fenômeno que Levy chamou de “inteligência coletiva” (LEVY, 1999). A inteligência coletiva deve ser entendida como o resultado do contato entre conhecimentos construídos e compartilhados, os quais permitem o seu desenvolvimento sempre que qualquer indivíduo colabore com sua formação. Esta inteligência não é rígida, está sempre recebendo acréscimos na medida em que novos conhecimentos são desenvolvidos e compartilhados; o desenvolvimento destes novos conhecimentos pode ter por base a própria inteligência coletiva. Novos conhecimentos são base para que outros possam surgir e integrar a inteligência coletiva. A inteligência coletiva não é ampliada concomitantemente ao ciberespaço, como foi antes explicado, no ciberespaço pode se dispersar a desinformação e a geração de outros problemas, como a exclusão radical dos que não são inseridos nela e até a “bobagem coletiva”, termo cunhado pelo autor para designar textos e dados não informativos (LEVY, 1999, p.32). Mas ainda assim, o meio virtual é um ambiente que engloba a inteligência coletiva e permite a sua extensão, além de favorecer a interação entre os indivíduos, pois a constituição desta inteligência se dá necessariamente em conjunto, não apenas do conjunto de conhecimentos que cada indivíduo carrega, mas também os que já haviam sido organizados, em especial os das bibliotecas, muitas das quais passam pelo processo de digitalizar seu acervo, em um movimento de expansão do meio digital.

A ideia de um coletivo de informações construídas socialmente e sempre em progresso parece, por si, um grande avanço, porém é preciso evidenciar que esta construção não é acessível diretamente para todos. Ao mesmo tempo em que se gera socialização de conhecimentos, o faz tendo excluído aqueles que não têm a possibilidade de ter contato com o

conhecimento produzido. Ou seja, ao mesmo tempo em que a inteligência coletiva socializa os que a geram e aprimoram, exclui os que estão impossibilitados de se conectar ao meio virtual. Os geradores e aprimoradores da inteligência coletiva não se constituem como um grupo limitado. Levy percebe que, no mundo virtual, a geração de conhecimento não está restrita a uma elite intelectual portadora do conhecimento, pelo contrário, o desenvolvimento da inteligência coletiva no ciberespaço assinalou um maior acesso e colaboração da população, ou seja, o conhecimento agora é transformável com maior rapidez devido o maior número de pessoas que o acessam e transformam. Essa grande quantidade de pessoas que interage forma o sentido multidirecional das informações as quais têm receptores e geradores variados, gerando-se uma rede de interação vasta. (BARRETO, 1998). Percebe-se então uma transformação na forma de se comunicar que não pode mais ser explicada como limitada a escrita, mas agora como virtualizada e digitalizada, assumindo novas formas e consequências.

Entende-se que o ciberespaço, como agrupamento ilimitado de pessoas e ideias em forma de rede, assume um caráter universal, na medida em que abarca inúmeros temas, sujeitos, textos e informações. Este universal pode não ser neutro, pois é regido pelas circunstâncias e os atores envolvidos nele; ainda assim, ele não é totalizável, isto é, não exerce sobre o conteúdo uma força totalizante, apenas o abrigando em sua estrutura, e não o adequando ao seu significado central, pois ele não existe; o ciberespaço não possui uma finalidade prévia que rege sobre seu conteúdo.

Como coloca Pierre Levy: “O universal da cibercultura não possui nem centro nem linha diretriz. É vazio, sem conteúdo particular. Ou antes, ele os aceita todos, pois se contenta em colocar em contato um ponto qualquer com qualquer outro” (LEVY, 1999, p. 116).

A ideia de conectar “um ponto qualquer com qualquer outro” expressa a forma operante do ciberespaço: gera conexões entre pessoas e suas ideias, permitindo a exposição de pensamentos de diversas formas, sem ter limites prévios para os conteúdos das mensagens em si.

Os meios digitais, em razão de sua aceitação sobre quaisquer discursos, disponibilizando aparente liberdade aos indivíduos, podem ser considerados universais e não totalizantes (LEVY, 1999). Universal, uma vez que não possui filtros explícitos sobre quem ou o que pode participar ou ser posto nos meios digitais, e não totalizante, por não impor discurso ou conduta particular, pelo contrário, existe um aceite sobre a diversidade no ciberespaço.

Como todos são emissores e receptores de informação, não há uma forma de totalizar os textos e os pensamentos no ciberespaço, mesmo porque a quantidade de informações é tão vasta que novas relações e textos são compartilhados e interpretados muito rapidamente, de modo que o conteúdo deste espaço virtual sempre se renova. As características desta nova esfera de diálogo virtualizado fazem dela tão transformadora da sociedade quanto a escrita a transformou. A escrita significou possibilidades de ordenamento social e de desenvolvimento científico para além dos limites da oralidade; a comunicação eletrônica pode atingir tal nível de importância para transformações sociais (BARRETO, 1998).

Embora esta pesquisa esteja voltada para as implicações do ciberespaço para a política, é consenso entre diversos autores que os meios digitais transformaram todas as formas de relação da sociedade, inclusive a relação dela com o meio físico e geográfico (Azevedo, Daniel Abreu de; Brule David Melo van den. 2021).

4. A CULTURA NAS REDES

Uma consequência do ciberespaço como meio para a interação é a geração da cibercultura, conceito desenvolvido pelo autor Pierre Levy e que permite entender com melhor precisão o ciberespaço. A cibercultura pode ser entendida pelo conjunto de valores, técnicas e costumes que surgem e são inseridas no ciberespaço a partir da integração da sociedade nela. Ambos os conceitos, ciberespaço e cibercultura estão intimamente relacionados em uma relação de causa e consequência, mas ainda assim se distinguem. (LEVY, 1999).

Manuel Castells, ao tratar da cultura que surge no meio digital, não discorda do pensando de Pierre Levy, pois entende que a cultura advinda da internet se expressa em um conjunto de valores os quais são compartilhados e moldam costumes tanto de indivíduos quanto de organizações. Sendo assim, ela é consequência das relações virtuais. Além de ser um conjunto de valores, a cultura da internet estaria dividida, para Castells, em quatro camadas postas em hierarquia: a cultura tecnocrática; a cultura hacker; a cultura comunitária virtual e a cultura empresarial (CASTELLS, 2003). O autor as define da seguinte forma:

A cultura tecnomeritocrática especifica-se como uma cultura hacker ao incorporar normas e costumes a redes de cooperação voltadas para projetos tecnológicos. A cultura comunitária virtual acrescenta uma dimensão social ao compartilhamento tecnológico, fazendo da Internet um meio de interação social seletiva e de integração simbólica. A cultura empresarial trabalha ao lado da cultura hacker e da cultura comunitária, para difundir práticas da Internet em todos os domínios da sociedade como meio de ganhar dinheiro. (CASTELLS, 2003. P.35,36).

Importante colocar que Castells não adota o sentido comum da palavra *hacker* em sua pesquisa, segundo o qual o *hacker* seria alguém que usa de seus conhecimentos tecnológicos para prejudicar pessoas e ter vantagens sobre elas; para ele, o hacker é o sujeito que inova no meio virtual e gera, a partir dos recursos que lhe são fornecidos, novas experiências à comunidade para que possa expandir sua liberdade.

A cultura tecnomeritocrática, que é uma cultura hacker, estabelece uma busca pelo mérito como desenvolvedor tecnológico que promove a liberdade, ou seja, existe uma busca entre os hackers por ser o mais bem sucedido em defender e promover liberdade. (CASTELLS, 2003). Os hackers são, por esse motivo, um grupo de atores que promove constantemente mudanças nas estruturas do ciberespaço visando garantir a liberdade dos que se utilizam dele.

A cultura comunitária enriquece em muito a perspectiva política das relações sociais dadas no meio virtual, pois prevê a interação entre os usuários, o que ocasiona uma troca de símbolos, conhecimentos, pessoalidades, e outros objetos que podem ser conhecidos a partir da internet uma vez que apresentado por outro. A cultura empresarial, por outro lado, utiliza-se da internet como ferramenta para atingir a sociedade de forma a maximizar lucros.

As três culturas estão correlacionadas e compartilham o mesmo espaço, apesar de suas consideráveis distinções. A sua relação é o que forma a cultura no meio digital; a cultura empresarial e a comunitária existem apesar do meio virtual, porém, as duas o integram e expressam-se nele. A cultura tecnomeritocrática é fundamental para o meio virtual, sem a qual este meio poderia se desenvolver pouco ou não se desenvolveria, uma vez que os *hackers* são necessários como agentes atuantes e transformadores.

O desenvolvimento das redes digitais e das culturas nelas estabelecidas depende fundamentalmente das relações interpessoais estabelecidas no ciberespaço. Dora Kaufman (2012) introduz os conceitos de laços fortes e laços fracos ao estudar as relações nas redes. A autora explica que pode se entender por laços fortes aqueles em que as pessoas se identificam e depositam considerável grau de confiança, fazendo com que sejam consideradas boas referências para guiar tomadas de decisão; são laços gerados entre indivíduos de um mesmo grupo, de forma a mantê-lo coeso e unido na medida em que compartilham características em comum. Os laços fracos, por outro lado, não geram confiança nos indivíduos, pelo contrário, sua fraqueza reside justamente na não identificação entre as partes que se relacionam a partir dele. Apesar desta característica, são fundamentais para que aconteçam trocas entre grupos distintos (KAUFMAN, 2012).

Os laços fracos são importantes, pois, assim como a cultura tecnomeritocrática, são geradores de transformações dentro das redes e possivelmente fora delas. Os laços fracos, ao permitirem trocas de conhecimento e pensamento entre grupos, permite que todos os envolvidos em laços fracos possam ter suas opiniões alteradas e novos conhecimentos construídos. Como explica a autora:

Os “Laços Fracos” são vitais para a integração dos indivíduos à sociedade, e os sistemas sociais carentes de “Laços Fracos” serão fragmentados e incoerentes, novas ideias vão se espalhar lentamente, esforços científicos ficarão em desvantagem, e subgrupos separados por raça, etnia, geografia ou outras características terão dificuldade em chegar a um *modus vivendi*. (KAUFMAN, 2012, p.208).

A integração dentro de um grupo é mantida pelos laços fortes, porém, uma sociedade formada por diversos grupos exige a geração de laços fracos, que serão responsáveis pela coesão das partes e pelo desenvolvimento dos grupos de forma compartilhada. De certa forma, os laços fracos são o que permite a geração da sociedade em rede, pois sem eles não seria possível a conexão entre grupos de forma que eles, ou os indivíduos, formem os “nós” desta sociedade conectada.

Importante notar que a cibercultura, como consequência de um meio universal como o ciberespaço, se constitui como uma cultura também universal. O contato com o digital afeta as diversas sociedades que, mesmo tendo suas particularidades, encontram a cibercultura como um elo comum. A cultura nas redes é fundada sobre os laços fracos, os quais são expandidos nos meios digitais; grupos muito distintos compartilham de um canal de comunicação e podem estabelecer laços.

Esta nova realidade de numerosas interrelações fez com que o “capital social”, enquanto fruto de uma rede de relacionamentos recíprocos, se expanda. A autora explica que, para que se possa ter proveito das vantagens da rede, é preciso contribuir com ela, o que significa integrar um sistema de compartilhamento mútuo; sendo assim, não existiria um sujeito solitário em rede, mas sim em constantes relações recíprocas de troca, o que resulta no capital social gerado em rede (KAUFMAN, 2012).

Este fato assinala uma transformação na esfera política; se em períodos históricos anteriores a revolução digital as sociedades humanas organizaram-se politicamente com as limitações do tempo e do espaço, agora as possibilidades se tornam outras, dada a quebra de limites tempo-espaciais para as interações humanas (GOMES, 2005). A pretensão universal do ciberespaço permite uma ampla interação entre os indivíduos, o que é fundamental para

que sejam apresentados problemas pela população civil e que esta mesma possa dialogar em busca de soluções e propostas para transformar a sociedade em diversos âmbitos.

5. CIBERESPAÇO E POLÍTICA

Caracterizar o ciberespaço e entender suas funcionalidades não basta para que se compreenda a forma com que se operam as relações políticas que se dão em seu interior, isso porque entender o meio não basta para entender o conteúdo. A afirmação da universalidade do ciberespaço não significa uma indefinição sobre a participação, pelo contrário, é possível defini-la e expor suas condicionantes.

A autora Jaqueline Hansen (2016) auxilia em tal compreensão, uma vez que traz como objeto de estudo a ciberpolítica, sendo entendida como o uso dos meios digitais como ferramentas para praticar a ação política, seja enquanto partido, instituição ou indivíduo. Ficou exposto a partir das ideias de Hansen que o meio virtual é um ambiente que permite relações políticas discursivas, e participar politicamente nas redes deve ser entendido enquanto:

(...) um ato de pessoas enquanto cidadãos. Segundo, participar é uma atividade, no sentido de ação. Terceiro é um ato voluntário e, assim sendo, os indivíduos não devem ser obrigados a fazê-lo. E, por fim, é um ato político e se reporta ao sistema político como um todo, sem restrições de fases e níveis. (HANSEN, 2016 apud VAN DETH, 2001).

Percebe-se, então, que a participação política possui quatro características fundamentais, as quais permitem defini-la como sendo um ato cidadão que se realiza como ação voluntária e política, uma vez que se volta para a esfera política.

As relações que se desenvolvem no meio virtual podem ser consideradas ações fundamentalmente cidadãs, uma vez que os cibercidadãos utilizam de seus direitos garantidos pelo Estado para expressar-se e relacionarem-se. Além disso, a ação no meio virtual é, ou assume-se que seja, voluntária e de iniciativa do sujeito, que escolhe atuar. A ação política no meio virtual volta-se para as relações e estruturas políticas, de forma que está em consonância com a definição adotada pela autora.

Sobre as formas de agir politicamente na rede digital, elas são divididas pelos autores Gibson e Cantijoch (2013) em quatro tipos: atividades voltadas ao contexto eleitoral, o que chamaram de “e-partido”; o “e-alvo”, sendo as atividades que, partindo do meio *off-line* e determinando um objetivo, desdobram-se no meio *online*; a “e-notícia” sendo o consumo e distribuição de notícias de forma *online* e a “e-expressão”, sendo esta forma a expressão

política através de sites e redes sociais através de publicação, compartilhamentos, comentários e outras formas de expressão (RIBEIRO; HANSEN; BORBA, 2019. P.264 apud GIBSON; CANTIJOCH. 2013). Esta divisão mostra como o ciberespaço permite que uma rede de ações políticas se desdobre e envolva partidos, ações em *off-line*, e diversos cidadãos. Não se pode, portanto, entender as relações políticas no meio digital como apenas relações dispersas de indivíduos em contato, pelo contrário, o universo político digital é tão complexo quanto, ou mais, que o *off-line*, uma vez que envolve diversos agentes que se relacionam politicamente *off-line*. Estas ações políticas não se direcionam unicamente aos representantes políticos eleitos ou às instituições, mas volta-se, sobretudo, à própria população; as relações sociais e políticas que se desdobram no meio virtual ocorrem entre cidadãos, que levam suas particularidades ao espaço de diálogo de forma que possa haver relação entre pensamentos compartilhados entre grupos da sociedade civil, instituições, membros não organizados ainda que ativos politicamente, e outros. Como a quantidade de agentes em relação virtual é ampla, a rede de influência também está ampliada, e pode atingir simultaneamente muitos atores políticos. Ou seja, a relação entre as influências em rede é multidirecional (HANSEN, 2016), bem como os fluxos informativos.

É preciso que esteja explícito o fato de que o agir político nas redes não está, de forma alguma, desvinculado da realidade social e material do indivíduo atuante em rede, pelo contrário, não se pode tratar o indivíduo do meio virtual como deslocado do acumulado de vivências no mundo material, pois na prática os cidadãos que dialogam no ciberespaço vivem experiências na materialidade (HANSEN, 2016 apud SAKAMOTO, 2013). Mais do que relevante, as condições materiais dos indivíduos são um fator determinante sobre a possibilidade ou impossibilidade de qualquer ação que seja no meio virtual, em razão dos pré-requisitos que tal meio exige.

O ato político voluntário nas redes, que pressupõe o engajamento (sendo entendida como a disposição do sujeito em ser ativo politicamente), acompanha outros pré-requisitos julgados fundamentais para o desenvolvimento da ação política, sendo eles os recursos, como dinheiro, tempo, e as próprias máquinas que permitirão o acesso ao ciberespaço; e redes de engajamento, como grupos políticos organizados (HANSEN, 2016, p.26 apud VERBA, SCHLOZMAN E BRADY, p.269, 1995).

Sobre as redes de engajamento, o ciberespaço por pressuposto está formado por uma rede de indivíduos e grupos e é possível que se estabeleçam redes de engajamento em seu

interior, mesmo entre pessoas que não se conheçam previamente, mas possuam valores e objetivos comuns. Porém, a necessidade de recursos para a formação das redes de engajamento no ciberespaço opera como um fator excludente de discursos. Renda, idade e conhecimento técnico são fatores anteriores à participação política e que podem impedi-la (HANSEN, 2016, p.28); a renda, pois sem ela é financeiramente insustentável acessar o meio virtual; idade, pois é preciso que já tenha se desenvolvido a capacidade para desenvolver conhecimentos técnicos mínimos que permitam usufruir das máquinas para agir politicamente. A dependência de recursos para agir também é uma realidade na ação política off-line, no entanto, a existência dos mediadores tecnológicos altera quais recursos e, também, a forma de engajamento que se desdobrará de uma ação política online.

Mesmo que todas as pré-condições materiais sejam atendidas, poder agir politicamente no ciberespaço não significa necessariamente fazê-lo. A disposição do indivíduo é fator determinante para diferenciar o usuário do ativista. O usuário se informa e se diverte no ciberespaço, enquanto o ativista digital utiliza desta estrutura em rede para promover uma ideia, integrar debates e desenvolver um movimento social (HANSEN, 2016 apud HAFNER FINK e OBLAK ČRNIČ, 2014).

De acordo com pesquisa elaborada a partir da base de dados de 2012 da Lapop, que estuda a América Latina e o Caribe com o objetivo de entender os efeitos da internet nas relações políticas:

Ao menos da região analisada nesse trabalho, o maior acesso não tem se convertido em maior uso político da conexão, assim se a ampliação do acesso não produz mais participação, isto pode ser um indicativo da importância de considerarmos a necessidade de uma cidadania digital. (RIBEIRO; BORBA; HANSEN, 2019. P.276. 2019).

Desta forma, pode-se entender o ciberespaço como possível ferramenta transformadora de relações, na medida em que atores políticos adquirem novas possibilidades de influenciar e propagar ideais políticas, uma vez que possam e queiram fazê-lo. Mas também o ciberespaço pode ser entendido como mantenedor das estruturas e interações que já ocorriam de forma *off-line*, apenas ocorrendo uma virtualização dos processos políticos, já que a forma com a qual se utiliza o ciberespaço depende das vontades dos indivíduos e dos grupos que podem apenas reproduzir para si suas convicções (HANSEN, 2016 apud NORRIS, 2001).

Hansen conclui sua exposição sobre o ciberespaço desta forma:

Existem perspectivas otimistas que veem na internet o renascimento da participação política, pessimistas que acreditam que a rede tende a tornar os engajados mais engajados e os desengajados menos ainda, os céticos que argumentam que a web simplesmente irá reproduzir o status quo político, e por fim, o modelo do engajamento online que prevê um movimento duplo no ciberespaço, porque as tecnologias digitais seriam reforçadoras e “revolucionárias”. (HANSEN, 2016, p.87).

Esta discordância que existe entre os autores sobre as reais consequências do meio virtual para a política merece ser devidamente explorada, para que se possa entender porque alguns entendem o desenvolvimento dos meios digitais como benéfica e outros maléfica para as relações políticas.

5.1 Os otimistas

Por todas as particularidades apresentadas sobre o ciberespaço, especialmente pelo seu sentido não totalizante, se torna justificável que muitos autores nutram diversas esperanças sobre uma mídia formada por relações horizontais na qual todos que tem acesso a ela possam discursar e ter novas ideias no conforto de suas casas. Alguns autores consideram os meios digitais como ferramentas de vigilância sobre os governantes e de reaproximação da política com a democracia direta, capazes inclusive de amenizar os efeitos das desigualdades de classes sociais (AZEVEDO; BRULE, 2021; SANTANA, 2017).

Quando se diz sobre eficiência das redes para gerações de relações políticas, espera-se que ela o faça de forma a salientar relações democráticas, e não autoritárias. No entanto, a democracia deve ser explicada para que se possa estabelecer o que se espera das redes de forma que contemple a democracia.

Wilson Gomes (2005) encarregou-se de encontrar bons parâmetros democráticos que podem ser tidos ao se estudar os meios digitais. O autor assume que é necessário que as redes contemplem: um volume considerável de informações relevantes e de conhecimento político; a possibilidade de acesso ao debate público; formas de interagir com instituições democráticas; formas eficazes de comunicações entre agentes da esfera civil e seus representantes. O volume considerável de informação relevante está posto no ciberespaço, inclusive de forma estruturada e passível de ser expandido sempre, pois é justamente a inteligência coletiva, que foi anteriormente exposta. A inteligência coletiva nas redes significa muita informação, inclusive científica, à disposição de qualquer indivíduo online, a despeito de suas crenças e pensamentos, ela se constitui como uma grande ferramenta de combate à

ignorância em prol da qualificação do debate público, de forma que questões sofisticadas e problemas atuais podem ser pensados por milhões de pessoas com acesso aos meios digitais.

Para além dos textos e informações qualificadas, os documentos públicos, inclusive as legislações, são abertamente postas nos meios digitais e permitem a todos conhecer seus direitos (GOMES, 2005 apud BERNETT, 1997). Levar a legislação a conhecimento público já é, por si, uma grande realização que pode causar vários efeitos sobre o debate público, mas o ciberespaço não se limita a isso: ao apresentar a legislação, a população tem liberdade para critica-la e debate-la, levantando a possibilidade da construção de legislações mais democráticas e representativas sobre o consenso ou quase consenso da população. A possibilidade de acesso ao debate público está dada no momento em que os cidadãos estão conectados às redes; como já se evidenciou há permissão de todos para discutir assuntos já em discussão ou então levantar novos temas a público, que também poderão ser objeto de debate. A participação de cada indivíduo não é limitada, como apontam Azevedo e Brule (2021), cada cidadão tem plena liberdade para participar inúmeras vezes de variadas formas, seja criando grupos organizados de pressão, pressionando autoridades, colaborando com petições e outras formas mais.

As formas de interagir com instituições democráticas existem, mas pedem uma análise cautelosa. Diferente de uma discussão entre agentes da sociedade civil, até o momento desta pesquisa, uma relação entre instituições e cidadãos exige que os cidadãos preferencialmente voltem-se a plataformas desenvolvidas pelos próprios agentes das instituições para a participação. No Brasil, por exemplo, existe o portal e-Cidadania, que além de permitir o acompanhamento dos projetos de lei que são elaborados pelo poder legislativo federal, permite que os cidadãos votem a favor ou contra tais projetos. Existem outras funções participativas dentro do portal, como por exemplo, a realização de discussões online com atores de instituições públicas, que permitem a realização de comentários e exposição de dúvidas dos que assistem. Outra forma de participação permitida no portal e-Cidadania é a elaboração de ideias legislativas, que, ao terem apoio popular e institucional, podem se tornar projetos de lei ou lei, propriamente dita.

Por fim, o ciberespaço permite a comunicação da esfera civil com seus representantes, em certa medida. Pode-se dizer que a ideia de poder influenciar as instituições políticas representativas já é uma forma de comunicação com os representantes, mas, além disso, é possível comunicar-se diretamente com representantes específicos, ao se encontrar meios de

comunicação direta com eles, sejam em seus perfis sociais ou através dos *e-mails*, de qualquer forma, é possível dizer que as redes preenchem essa exigência democrática listada por Gomes (2005) também.

A aparente liberdade que se encontra no meio digital pressupõe, além dos pré-requisitos que Hansen (2016) apresenta, algumas outras condições que se espera que sejam respeitadas e oferecidas no ciberespaço, de forma que possa ser tido como eficiente e democrático. Primeiramente, o sujeito deve ter liberdade para expressar-se sem medo de ser hostilizado e/ou censurado, apesar dos que discordem dele (GOMES, 2005). Evidente que esta liberdade encontra os limites éticos e legais, ou espera-se que encontre, mas espera-se que o indivíduo tenha um alto grau de liberdade de fala sempre com a certeza de que não sofrerá represálias. Não ter medo de ser exposto ao ridículo, ou ter menos medo do que teria em uma situação não virtual, pode ser entendida também como uma vantagem para que se gerem mais discursos. O medo e a intimidação são formas de dificultar a participação, e, como nas redes as pessoas podem expor menos suas identidades, pressupõe-se uma maior liberdade política (SAMPAIO, 2010). Essas expressões dos indivíduos não necessariamente se dão com textos, mas enquetes, compartilhamentos, reuniões ao vivo e outras formas de relações são permitidas virtualmente. Todas elas colaboram para que se torne mais explícito qual o pensamento público sobre os assuntos que forem discutidos.

Como se pode perceber, as redes se constituem como um importante recurso para permitir que a participação social nos assuntos públicos não se limite ao voto, na verdade, desde que a população tenha acesso constante aos meios digitais, ela pode diariamente discutir, planejar e sugerir formas de ação, prioridades, qualidade das gestões governamentais e todos os outros assuntos de ordem pública. Estas novas possibilidades que as redes introduzem faz pensar sobre a possibilidade de superação, em certa medida, do problema da distância entre esfera civil e esfera pública, que se evidencia com frequência e é objeto de estudo da ciência política. (BAUMAN, 2000; AZEVEDO; BRULE; MELO, 2021; SAMPAIO, 2010).

Porém, já foi observado que nem todos os autores julgam coerente esta expectativa criada pelos meios digitais; na verdade, existem muitas críticas quanto à leitura otimista e seu entusiasmo em torno das qualidades do meio virtual, que não levam em conta suas limitações e novas dificuldades que ele impõe (GOMES, 2005).

5.2 Os pessimistas

Os autores considerados pessimistas têm como objetivo mostrar como algumas grandes conquistas do meio virtual para a política, na verdade, estão pautadas em regulamentações e interesses pouco convenientes para a democracia. A liberdade ampliada, o grande acesso à informação, a influência sobre as instituições e outros fatores serão amplamente questionados por essa vertente de pensamento.

De forma geral, a liberdade de expressão sempre é tida como uma virtude democrática entre os autores da ciência política, no entanto, percebe-se que no meio virtual, tal liberdade faz pensar sobre os limites que poderiam ser postos sobre ela de forma a fazer com que atue de acordo com interesses democráticos (GOMES, 2005). Ao mesmo tempo em que essa liberdade permite o debate justo e cidadão, abre a possibilidade para que indivíduos defendam abertamente autoritarismos e exclusões, elaborem ataques pessoais a personalidades sem respeitar a integridade dos demais sujeitos. A liberdade para proteger e utilizar da democracia também se constitui como a liberdade para agir fora dela e inclusive ataca-la. Pode se dizer que essa falta de regras sobre o agir virtual será geradora dos demais problemas que serão destacados. É preciso também questionar os limites desta liberdade. Sabe-se que, nas redes, as ações são rastreáveis, e o acúmulo de informação sobre ações pode ser tido por empresas que atuam no meio virtual ou mesmo pelo Estado. Os poucos agentes do governo e do mercado que tiverem o acúmulo de informações sobre as ações realizadas individualmente no meio virtual terão poder para influenciar como considerar mais adequado o ciberespaço, uma vez que conhecem as predileções de ação de cada cidadão, inclusive política. A partir disso, a aparente liberdade de ação virtual pode também ser uma ferramenta para centralização de poder. Sampaio (2010) coloca: “Cada movimento na internet deixa um traço rastreável pelas agências do governo e companhias capitalistas. Isso permitiria a poucas pessoas, governantes e agências monitorarem e potencialmente controlarem um grande número de cidadãos” (SAMPAIO, 2010, p.38).

Evidentemente, existem formas de limitar o rastreamento de ações através das redes, principalmente através de criptografia, tecnologia utilizada, por exemplo, pelo aplicativo *whatsapp* para proteger seus usuários e as mensagens desses, impedindo que elas possam ser lidas por outros usuários. Sobre a proteção por criptografia, o site do aplicativo *whatsapp* fornece a seguinte explicação:

A criptografia de ponta a ponta do WhatsApp é usada quando você conversa com outra pessoa no WhatsApp Messenger. A criptografia de ponta a ponta garante que somente você e a pessoa com quem você está se comunicando possam ler ou ouvir as mensagens trocadas. Ninguém mais terá acesso a elas, nem mesmo o

WhatsApp. Suas mensagens estão seguras com cadeados e somente você e a pessoa com quem você está se comunicando possuem as chaves especiais necessárias para destrancá-los e ler suas mensagens. Todo esse processo acontece automaticamente: não é necessário ativar configurações ou estabelecer conversas secretas especiais para garantir a segurança de suas mensagens. (Whatsapp, 2021. Disponível em: https://faq.whatsapp.com/general/security-and-privacy/end-to-end-encryption/?lang=pt_br . Acesso em 30 de junho de 2021).

No entanto, isto apenas levanta um novo problema: não ter suas ações rastreáveis facilita os crimes virtuais e mesmo o planejamento de crimes em off-line, ou seja, a privacidade gerada por criptografias pode ser uma ótima ferramenta para proteger aqueles que desejam praticar violações a outros ou mesmo, como aponta Sampaio (2010), facilitar o contato e ação de grupos extremistas, como neonazistas. Mais do que a privacidade, a anonimidade também é um problema político dos meios digitais. Estar anônimo para os demais cibernautas significa livrar-se da responsabilidade sobre seu discurso. Como colocam Azevedo e Brule (2021): “deliberações que ocorrem em espaços políticos tendem a ser mais cívicas que reuniões virtuais, pois escolhemos mais cuidadosamente as palavras na presença de outros” (AZEVEDO; BRULE, 2021, p.5). Esta falta de informações entre usuários não significa falta de informações sobre usuários para algumas empresas. Algumas redes sociais, como o *facebook*, possuem limites de privacidade sensíveis, isto é perceptível a partir da política de dados desta rede social, que avisa:

Coletamos informações sobre as pessoas, Páginas, contas, hashtags e grupos com que você se conecta e sobre como você interage com eles em nossos Produtos, por exemplo, as pessoas com quem você mais se comunica ou os grupos dos quais você faz parte. Também coletamos informações de contato se você optar por carregar, sincronizar ou importá-las de um dispositivo (...) (FACEBOOK, 2021. Disponível em: https://m.facebook.com/privacy/explanation?locale=pt_BR. Acesso em 30 de junho de 2021).

No meio virtual, não existe a plena e explícita divisão entre o que é realmente privado e público, visto que tudo compartilha o mesmo espaço e em que tudo é mais compartilhável e visível. Não existir os limites entre público e privado faz com que grupos antidemocráticos, extremistas diversos e outros que desejam causar dificuldades ao debate público possam retroalimentar suas crenças extremadas de forma facilitada por este fator, pois este compartilhamento entre os seus pode ser tida como de interesse privado, mesmo que cause grandes consequências ao que é público (SAMPAIO, 2010).

Os que não têm compromisso com a democracia podem também não ter compromisso com a verdade, para que através de mentiras inventadas possam defender seus pontos de vista, por mais absurdos e distantes dos fatos que sejam. Este problema é recorrente para a

democracia e para a política desde muito antes dos meios virtuais, mas ela assume proporções que justificam a preocupação dos pessimistas sobre este ponto.

Como já apresentado por Hansen (2016), quem filtra qual informação ter acesso, qual considerará relevante e em qual acreditará é, em larga medida, o indivíduo que terá o acesso a elas. Aproveitando-se disso os indivíduos podem criar e espalhar notícias falsas sem muitos impedimentos, e em algum tempo terão deturpado a verdade em tal medida que muitos poderão ter dificultado para muitos a compreensão do que realmente aconteceu ou o que o fato realmente significa. Nada garante que as pessoas usarão de forma bem intencionada o fluxo de informações que as redes permitem produzir.

5.3 A mentira trajada de verdade: as *fakenews*

Os relatos falsos não podem ser considerados, de forma alguma, um fenômeno exclusivo da história recente, como fica evidente pela situação relatada: “Um dos casos mais emblemáticos é o de Theodor Fontaine. Nos anos 1860, ele escreveu “de Londres” durante uma década para o jornal ultra-conservador de Berlim, *Kreuzzeitung*, com minúcias e relatos pessoais emocionantes, sem nunca ter estado ali nesses anos” (DELMAZO; VALENTE, 2018, p.156). A novidade é que estes relatos falsos circulam nos meios digitais com possibilidade de atingir uma potência que não possuíam anteriormente.

Os boatos falsos, apesar de serem rotineiros na história, não se confundem com as *fakenews*, que podem ser conceituadas como: “Artigos noticiosos que são intencionalmente falsos e aptos a serem verificados como tal, e que podem enganar os leitores” (DELMAZO; VALENTE, 2018, p.157 apud ALLCOT; GENTZKOW, 2017, p.2). Destaca-se, portanto, que as *fakenews* são notícias, são apresentadas na forma de notícia, e, portanto, não são qualquer boato falso: são, por intenção do autor, falsidades que seguem uma estrutura jornalística. A razão da escolha da estrutura do texto não é sem propósito, pelo contrário, é importante para que o autor das *fakenews* cumpra seu objetivo de disseminar as mentiras entre os usuários do ciberespaço. O autor coloca a mentira na forma de notícia, e: “Com isso, se implica, aqui, a autoridade e a credibilidade da instituição do jornalismo e dos seus processos de produção de relatos autorizados e dotados de credibilidade sobre os fatos da realidade” (GOMES; DOURADO, 2019, P.36).

Como o objetivo dos autores de *fakenews* é disseminá-las, não existe nada que indique que haverá limite para conseguir a atenção do público, e dados indicam que conseguem. De

acordo com Delmazo e Valente (2018), as 20 notícias falsas com melhor desempenho na rede social geraram 8.711.000 partilhas, reações e comentários, enquanto as 20 principais notícias sobre eleições de 19 dos grandes veículos midiáticos obtiveram 7.367.000 (DELMAZO; VALENTE, 2018, p.159 apud SILVERMAN, 2016). Ou seja, existem pesquisas quantitativas que demonstram que as *fakenews* já atingiram mais pessoas do que as notícias publicadas pela grande mídia. Os dados expostos advêm de uma pesquisa realizada nos Estados Unidos, mas pesquisadores da USP já constataram que este cenário se repete em outros países, como o Brasil. Uma semana antes do *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff: “(...) três das cinco notícias mais partilhadas no Facebook eram falsas, de acordo com o Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Acesso à Informação da Universidade de São Paulo (USP)”. (DELMAZO; VALENTE, 2018, p.159 apud Lavarda; Sanchotene; Silveira, 2016, p.1). O que leva a compreender o motivo do poder de difusão das *fakenews* no meio digital é, em larga medida, o que também explica a difusão dos discursos em geral, isto é, estes conteúdos são facilmente produzidos e distribuídos, além de agraciarem um público-alvo, que é facilmente atingido, uma vez que está posto em estrutura de bolha, anteriormente explicada (GOMES; DOURADO, 2019; RECUERO; GRUZD, 2019).

Existe ainda outro motivo que facilita que as pessoas sejam convencidas de notícias falsas: o fato delas não lerem toda a notícia; na verdade, a maioria não lê mais do que quatro parágrafos em uma notícia. É isto o que demonstra a pesquisa do Nielsen Norman Group (2013), que, a partir da tecnologia *eye tracking* (tecnologia que permite identificar, a partir de um sensor de tela, qual parte os olhos dos leitores estão focando) demonstrou:

81% dos leitores voltam os olhos – o que não significa necessariamente que estão, de fato, a ler – para o primeiro parágrafo de um texto na internet, enquanto 71% chegam ao segundo. São 63% os que olham para o terceiro parágrafo, e apenas 32% voltam os olhos para o quarto. (DELMAZO; VALENTE, 2018, p.158 apud NIELSEN, 2013).

Esses dados significam uma maior facilidade das *fakenews* em serem críveis, pois, mesmo que cometam inconsistências, e sejam textos desconexos da realidade, ainda podem ser convincentes aos leitores, principalmente aos que praticam uma leitura superficial, que se limita ao título e poucos parágrafos. Diante da grande distribuição de *fakenews*, o usuário *online* tem dificuldade em identificar em quais notícias deve acreditar. Pode se pensar que basta prender-se a fontes mais renomadas, como dados do governo, porém, principalmente no que diz sobre a figura do presidente, voltar-se a notícias distribuídas por membros do governo pode ser um problema.

Durante a pandemia de covid-19, Jair Bolsonaro, na posição de presidente da república do Brasil, propagandeou o uso de cloroquina e outros medicamentos para o tratamento da covid-19. Segundo reportagem do jornal Estadão, ninguém no mundo defendeu tanto o uso da cloroquina como eficiente para conter a pandemia quanto Bolsonaro: “Cloroquina tem Bolsonaro como maior influenciador do mundo” (BRAMATTI; MONNERATI; BREMBATTI. Estadão, 6/6/2021). A notícia aponta que o presidente da república conseguiu, sozinho, gerar mais de 1,7 milhão de compartilhamentos de postagens que incentivavam o uso de cloroquina, ao todo, 11 milhões de pessoas tiveram algum tipo de interação com propagandas da cloroquina distribuídas pelo presidente da república. Quatro de cada dez textos publicados por Bolsonaro incentivavam a população a consumir cloroquina. A mesma notícia mostra que a Organização Mundial da Saúde já afirmou a inutilidade da cloroquina (que é um remédio para tratamento de malária), no tratamento contra a covid-19 e conclui que a distribuição de “desinformações” (termo usado na reportagem), no Brasil, tem caráter institucional. Existiu, portanto, um movimento massivo e de grandes proporções nas redes, por parte da presidência da república, na distribuição de *fakenews* (BRAMATTI; MONNERATI; BREMBATTI. Estadão, 6/6/2021).

Apesar de a cloroquina ser um dos medicamentos mais difundidos por Bolsonaro, não foi o único, outros medicamentos, como ivermectina, somaram-se à cloroquina e receberam o apelido de “kit covid”, que formam um conjunto de medicamentos sem eficiência comprovada para a cura da doença causada pela covid-19 e que, infelizmente, levaram cinco pessoas para a fila do transplante de fígado em São Paulo e causou a morte de três pessoas, segundo Cambricoli (2021). A autora ainda relata que o uso destes medicamentos aumentou mais de 500% em 2020 em relação a 2019 (CAMBRICOLI. Estadão, 23/03/2021).

As *fakenews* no momento da pandemia se mostraram um empecilho não apenas para a democracia, mas para a saúde pública e para a vida. Quando as notícias falsas assumem o caráter institucionalizado, os cidadãos naturalmente enfrentam dificuldades para estabelecer parâmetros eficazes em separar a verdade da mentira (GOMES; DOURADO, 2019).

5.3 A exclusão digital e outros limitantes

Outro ponto negativo da vida política na internet, e que é frequentemente levantado pelos críticos dela, é a falta de acesso da população a ela. Foi evidenciado, pelos dados contidos nesta pesquisa, que uma parcela relevante da população tem acesso aos meios digitais e se utiliza deles, no entanto, não são todos. Se é intuito de um sistema político

democrático levar em consideração o maior número de vozes, então as redes enfrentam a falta de acesso como um grande desafio para serem estabelecidas como democráticas (GOMES,2005).

A falta de acesso a tecnologias de acesso ao mundo digital incorre em uma segunda exclusão, como aponta um estudo:

(...) o conceito de exclusão é composto de dois núcleos, o de acesso à tecnologia e o de acesso às habilidades para lidar com a tecnologia. Assim, mesmo que o acesso seja universal, algumas pessoas ainda não vão utilizar a internet como um local para participação política, por não serem capacitadas para isso. (RIBEIRO; BORBA; HANSEN, 2019, p.267).

O argumento exposto, portanto, é que, mesmo que se garanta amplo acesso aos mediadores do ciberespaço, isto não significará a construção de um campo político democrático e participativo, ou seja, tal construção não é possível sem que a população esteja capacitada e educada para exercer sua cidadania pela via dos meios eletrônicos.

Indicativos recentes apontam a veracidade deste argumento. Santana (2017) busca analisar se certas hipóteses que são levantadas sobre as relações políticas no ciberespaço, e que não possuem consenso, encontram respaldo na realidade. Entre estas hipóteses, está a de que a participação política digital reproduziria o que a autora chamou de participação tradicional; a segunda, de que os jovens estão mais presentes em quantidade nos meios digitais; e a terceira, de que as plataformas de mídias sociais são determinantes para a participação política. Através de uma pesquisa que entrevistou de forma proporcional grupos dividindo-os por gênero, nível de escolaridade e idade na cidade de Salvador em janeiro de 2015, a autora concluiu que: “Levando-se em conta que a maioria dos entrevistados foi mais ativa *offline*, este resultado permite afirmar que os eleitores mais mobilizados fora das plataformas digitais foram justamente aqueles que as utilizaram para se expressar politicamente” (SANTANA, 2017. P.201). O que sustenta a primeira hipótese: A participação política *online* reproduz as desigualdades da participação política *off-line* (SANTANA, 2017).

Outra constatação de Santana (2017) é de que:

Contrariando as expectativas teóricas, a educação não apresentou efeitos significativos na participação *offline*. Esperava-se que os eleitores com maior escolaridade fossem aqueles que participassem mais. Por outro lado, o maior envolvimento em atividades online é fortemente favorecido por uma maior escolaridade (SANTANA, 2017, p. 201).

A autora conclui que o fator escolaridade é mais influente nos meios digitais de participação do que nos meios *off-line*, ou seja, a desigualdade de educação é mais impactante nos meios digitais.

Santana (2017) tem sua pesquisa voltada para um município da Bahia, porém seus resultados estão de acordo com pesquisas que partem de dados internacionais. A pesquisa já citada de Ribeiro, Borba e Hansen (2019), que apresenta dados recolhidos pela *Latin America Public Opinion Project* (Lapop), que coleta e divulga dados sobre países da América latina, evidencia que a escolaridade e a idade são fatores determinantes para a participação nos meios digitais. Segundo os autores:

Cada ano de vida, portanto, reduz em 5% a probabilidade de ativismo político online. A escolaridade superior, por sua vez, apresenta efeito positivo bastante expressivo, com um incremento de 285% na probabilidade de compartilhamento. Efeitos igualmente positivos são produzidos pelo interesse e eficácia política, respectivamente com impactos de 59% e 216%. (HANSEN; BORBA; RIBEIRO, 2019, p.272).

A afirmação antes posta de que, além dos pré-requisitos de acesso e utilização dos meios digitais, é necessário interesse por parte dos cidadãos para fazer do ciberespaço um ambiente de debate público (HANSEN, 2016) também se confirma nesta pesquisa elaborada a partir do Lapop.

Ainda sobre a desigualdade de acesso, este ponto demonstra como a internet não subverte todos os problemas sociais da democracia, na verdade, é limitada com frequência por eles. A desigualdade de acesso ocorre uma vez que nem todos os cidadãos atendem aos requisitos para acessá-la, e as tentativas de tornar qualquer meio democrático passam por esta dificuldade: a garantia de plena e horizontal participação dos cidadãos. Se o ciberespaço faz com que as pessoas que o acessam sejam iguais em certa medida entre si, o faz tendo excluído os que não puderam acessá-lo. E assumindo a desigualdade de acesso que existe no Brasil, e que foi exposta, é coerente argumentar que: “(...) o ciberespaço como “democracia digital” pode aprofundar ainda mais as diferenças sociais no sistema democrático, especialmente em países com graves desigualdades socioespaciais, como o Brasil” (SAMPAIO, 2010, p.12).

Mesmo ao se analisar apenas o convívio dos indivíduos dentro das redes, ainda se encontram algumas limitações para o exercício político-democrático. Assim como Hansen (2016) percebeu que a disposição dos sujeitos é fundamental para que se construa diálogo sobre temas públicos, é preciso que haja interesse dos cidadãos para desfrutar dos recursos que qualificariam e expandiriam os debates, como observa Gomes (2005, p.72): “há

informação política disponível, mas há um interesse significativo do usuário da internet em informação política?” Se não há interesse, então mesmo que se encontrem todas as qualidades para que as redes se constituam como o espaço perfeito para o exercício da plena democracia, ela não se realizará sem a cooperação da sociedade.

Como já nos advertia John Stuart Mill (2011), a liberdade política é fundamental para o exercício da democracia e para o progresso da própria sociedade, no entanto, é necessário que os membros da sociedade colaborem uns com os outros, saibam conviver no coletivo e que compreendam a pluralidade de ideias como fundamental da esfera política democrática. A liberdade política envolve educação política. Por este motivo Mill (2011) ressalta a necessidade do preparo da população para viver na democracia. Não há como sustenta-la ou aperfeiçoá-la sem que os cidadãos prezem por ela e, a respeitando, busquem consenso apesar de suas divergências de pensamento. Quando se trata do ambiente político nos meios digitais, a situação não é diferente: é preciso que a população esteja educada para as relações democráticas e empenhada em aperfeiçoar e sustentar a esfera democrática, de forma que seja inclusiva e permita à população não ser refém de agentes despóticos. É preciso educar para a democracia.

Por este motivo, não se pode ter o advento do ciberespaço como mero reforçador nem como transformador da sociedade, mas pode ser entendido como um meio que consegue comportar ambas as características, isto é, ser reforçador e transformador sem anular um ou outro. É preciso explicar porque isso se dá.

6. O CARÁTER DUAL DAS REDES

Manuel Castells permite pensar como o ciberespaço consegue trazer as duas características a partir de um estudo que abrange desde a origem da internet até as consequências dela para a economia, a política e tantas outras esferas da sociedade. Para o autor, a velocidade das mudanças promovidas pela implementação da internet e sua disseminação entre as pessoas dificultou a compreensão do meio acadêmico sobre suas consequências econômicas e sociais. (CASTELLS, 2003).

Como o ciberespaço não está desvinculado do mundo material, ele carrega também as contradições, valores e normas as quais existem apesar da internet. Interesses, valores e costumes em contraste existem e se expressam, também, na internet. Existe neste espaço virtual uma série de atores que atuam em favor de seus interesses, sempre engajados em

utilizar das possibilidades digitais para aumentar o número de simpatizantes e fazer de suas pautas mais reconhecidas, inclusive podendo visar o reconhecimento institucional (HANSEN, 2016). Mas seria um equívoco considerar que os grupos disputam em igualdade, na verdade, as relações sociais de poder influenciam as relações políticas nas redes e permitem que elas se tornem, cada vez mais, objeto de grupos específicos, a despeito de outros menos potentes. Um grupo fortemente atuante nos meios digitais é dos empresários.

Segundo Castells (2003), o meio virtual tornou-se uma nova forma de expandir as relações de mercado que beneficiam os empresários e lhes garantem o lucro. Assim, “a cultura empresarial orientada para o dinheiro partiu para a conquista do mundo e, nesse processo, fez da internet a espinha dorsal de nossas vidas” (CASTELLS, 2003, p.59). Nesse sentido, a internet, que possibilita a liberdade dos indivíduos em expressar-se e organizar-se politicamente com o suporte tecnológico que ela fornece, permite também que a lógica empresarial se instale no ciberespaço e cada vez mais nas vidas dos que convivem neste espaço. Pode-se dizer, assim, que ao mesmo tempo em que se pode ter as redes como um meio para realizações políticas, elas também podem ser compreendidas, em alguma medida, como um meio para realizações de mercado.

Retomando o conceito de capital social, utilizado por Kaufman (2012), este possui, além de um sentido social e político, um sentido econômico. Como explica a autora:

Há uma multiplicidade de definições para o termo capital social; as de teor econômico referem-se à promoção de confiança e reciprocidade na economia, atribuindo um valor implícito às conexões internas e externas de uma rede social. O elemento comum entre tais definições é a convergência para a ideia de que as redes sociais têm valor econômico, porque podem aumentar a produtividade dos indivíduos e das organizações, a partir da percepção de que os contatos sociais e as inter-relações são fatores de desenvolvimento econômico. (KAUFMAN, p.211).

O capital social está diretamente ligado à produtividade; os laços entre indivíduos e organizações permitem que estes possam ser mais eficientes economicamente ao contribuir de forma ampliada para a produção e, também em razão das redes, para a circulação das mercadorias. A economia certamente se beneficia diretamente do desenvolvimento do ciberespaço e dos laços nele contidos, e os grandes empresários, enquanto atores na sociedade utilizam-se dessas vantagens.

Por essa razão, Castells compreende que não existe apenas uma busca por parte dos empresários pela conquista da internet enquanto tecnologia que traz poder para ampliar seus lucros, mas também de fazer desta tecnologia a “espinha dorsal de nossas vidas”

(CASTELLS, 2003, p.59). Mais do que dominar a internet, há a preocupação de fazer dela fundamental para a organização social e das vidas das pessoas. Os indivíduos são, como pensa Castells, figuras centrais na organização social no século XXI, de forma que “a tendência dominante na evolução das relações sociais em nossas sociedades é a ascensão do individualismo, sob todas as suas manifestações” (CASTELLS, 2003, p.127). Assumindo o que afirma Castells, pode-se entender que todas as relações sociais, virtuais ou não, que se constituam neste momento, tem como fundamento o indivíduo, e não qualquer tipo de coletivo, seja ele estabelecido por laços fortes ou não.

Esta condição do indivíduo no centro da política remete à discussão que Benjamin Constant (2019) busca fazer no século XIX, ao comparar a liberdade dos antigos a dos modernos. Em seu texto, Constant percebe que, na modernidade, o conceito de liberdade difere muito de seu conceito antigo: ser livre é não se submeter a nada, senão às leis; é voltar seu interesse para as questões pessoais e privadas, deixando para terceiros as discussões e decisões públicas. Citando o autor:

Perguntai-vos primeiro, Senhores, o que em nossos dias um inglês, um francês, um habitante dos Estados Unidos da América entendem pela palavra liberdade. É para cada um o direito de não se submeter senão às leis, de não poder ser preso, nem detido, nem condenado, nem maltratado de nenhuma maneira, pelo efeito da vontade arbitrária de um ou de vários indivíduos. (CONSTANT, 2019, p.2).

O autor aponta para os riscos postos pela liberdade moderna, pois, uma vez que os cidadãos estejam voltados demasiadamente para as questões privadas, acabam por se distanciar das questões públicas, que ficam a cargo de alguns que, caso não estejam sob constante vigilância, poderão não presar pelo bem comum. O indivíduo, voltado a si mesmo e não envolvido com as questões públicas, pode colaborar para a desestruturação das relações políticas, pois, sem o exercício da participação política e do debate público, pode-se criar um ambiente egoísta e intolerante. Ponderar interesses privados e gerar consensos são qualidades para a vivência democrática e essas qualidades requerem interesses que vão além dos privados, mas que se orientem pela busca de bem-estar coletivo.

Castells (2003) percebe que a centralidade do indivíduo não é uma consequência da internet, mas que ela fornece base estrutural para que o individualismo se intensifique. Os cidadãos podem elaborar uma rede de convivência coerente com suas especificidades e interesses, e abdicar do contato com o que seja contrário ao que lhe seja simpático. Isso

significa organizar a vida em sociedade a partir do indivíduo, e, por isso, se tornar distante da possibilidade de ponderações entre interesses e pensamentos diversos (CASTELLS, 2003).

A política existe na pluralidade e na relação livre entre humanos, e organiza a sociedade a partir das diferenças existentes nela (ARENDT, 1993). Uma consequência da forma individualizada de política, ainda que haja uma incoerência entre esses termos, é que se gera uma cisão entre as instituições políticas e a população. A internet, ao dar suporte a este tipo de política, alarga a distância entre as instituições democráticas e os cidadãos, que, ao não utilizarem o ciberespaço como ambiente político-deliberativo, não usufruem das possibilidades postas neste espaço. Neste sentido, o uso da internet não fortalece a democracia. Mas este não é o único sentido da internet. A sua capacidade de tornar a comunicação à distância mais interativa e com maior número de participantes pode contribuir para com a democracia.

Os mais variados movimentos sociais utilizam-se da internet para promover-se, somando adeptos a determinado sistema de pensamento. Isso porque, devido à amplitude comunicacional, ela permite com muita facilidade, em relação às mídias tradicionais e as relações no mesmo espaço físico, difundir valores culturais e conquistar novos simpatizantes a um conjunto de pensamentos e objetivos.

A pesquisa realizada por Stuari (2020) mostra a importância que tem assumido a internet na organização de manifestações e protestos de ruas, e na própria organização de movimentos sociais. As manifestações de 2013 no Brasil, que tiveram grande adesão e repercussão, foram mobilizadas por vários movimentos sociais dos quais dois recebem destaque: Movimento Brasil Livre (MBL) e Vem pra Rua (VPR). Estes movimentos, que são considerados de direita, atuaram através do *youtube*, *facebook*, *twitter*, e outros portais digitais que permitem organização política e que, a partir dela, conseguiram dispersar seus pensamentos em vários seguimentos da sociedade. Como coloca o autor, entre os atores da direita que souberam utilizar das redes:

Os Movimentos Brasil Livre e Vem pra Rua estão entre eles, assim como os jornalistas Reinaldo Azevedo, Rodrigo Constantino, Rachel Sheherazade, Olavo de Carvalho, e políticos como Marco Feliciano e Jair Bolsonaro dentre outras personalidades, que fizeram diversas postagens sobre a situação política do país, criando todo um imaginário por trás dos fatos e influenciando a opinião pública (...) (STUARI, 2020, p.65).

Portanto, não apenas movimentos, mas personalidades também ganham muita visibilidade a partir do ciberespaço, como o atual presidente da república, Jair Bolsonaro. Não

apenas ele, mas outros políticos ganharam notoriedade no meio digital, inclusive vindos do MBL, grupo antes citado:

Muito ativo nas redes sociais desde sua fundação, o movimento cresceu consideravelmente, conseguindo inclusive que suas lideranças fossem eleitas para mandatos parlamentares, como Fernando Holiday, eleito para vereador de São Paulo em 2016, Kim Katagiri e Arthur do Val eleitos, respectivamente, para Deputado Federal por São Paulo e Deputado Estadual desse mesmo estado, nas eleições de 2018 (STUARI, 2020, p.74).

Estas observações permitem constatar que existe uma interferência direta das ações políticas digitais com as eleições. Como foi antes posto, uma das formas de se mobilizar digitalmente é através do e-partido, que pode alavancar politicamente determinado agente, e é justamente o que parece acontecer com certas personalidades nos meios digitais.

O movimento Vem Pra Rua demonstra como o mercado e a política se relacionam no meio online, pois: “tendo como principais líderes Rogério Chequer e Colin Butterfield, ligados ao mundo financeiro e empresarial, de modo que muitos de seus pronunciamentos públicos advogam a defesa da incorporação da gestão empresarial ao mundo da política.” (GARCIA, LOPES, 2017, p. 9).

Ou seja, é possível que um movimento social surja com o intuito de defender interesses empresariais, por exemplo. Um empresário ou grupo de empresários podem mobilizar cidadãos a defender seus interesses ainda que sejam especificamente benéficos à classe empresarial. Stuari (2020), sobre o VPR, complementa: “eles estavam indignados com a situação do Brasil e poderiam simplesmente deixa-lo e ir morar em qualquer outro país, não precisando se expor em rede nacional, como citam no livro” (STUARI, 2020, p.75). Neste caso, o movimento buscou convencer que não estariam os empresários apenas defendendo seus interesses, mas realizando um feito de boa-fé. Mostra que os empresários deixam de sair do país, ainda que pudessem, e insistem em ficar, pois sua indignação com a política o impulsiona a mover-se para muda-la. E, para mobilizar a população, utilizaram-se das redes, uma vez que compreenderam que as redes sociais eram o melhor instrumento para iniciar um “efeito cascata”, em que as pessoas poderiam rapidamente evidenciar o movimento e fazer com que cada vez mais pessoas tivessem conhecimento sobre ele e, muitas vezes, se somassem a ele. O que o VPR demonstra é que a internet tem a capacidade de promover a imagem do empresário e as ideias empresariais, se a população, ao ter contato com tais ideais, estiver disposta a defendê-las e a considerarem como suas. Mesmo que seja possível afirmar o ciberespaço enquanto uma ferramenta política, isto não implica dizer que é ou será ferramenta

que promova a democracia; pode ser reduzida a um mecanismo propulsor do mercado (STUARI, 2020). Percebe-se que a mesma ferramenta que é utilizada pelos empresários para promoverem-se economicamente, é utilizada por movimentos sociais para promoverem-se politicamente, ainda que seja sobre a figura do indivíduo. “A internet não é um instrumento de liberdade, nem tão pouco a arma de uma dominação unilateral”. (CASTELLS, 2003, p.162).

A interconexão entre pessoas, que constituem relações em rede, formando o que Castells dominou “sociedade em rede”, é controlada pelos interesses de grupos. Os interesses empresariais, que buscam expandir seu mercado a partir da internet, tem interesse em expandi-la de forma a privilegiar os interesses de mercado. Em outras palavras, a esses grupos é desinteressante incluir na internet os que não têm poder de compra, ainda mais se isso significar não dar preferência aos que têm. O resultado é uma distância entre o que Castells chamou de “espaço de fluxo” e “espaço de lugares”. O espaço de fluxos deve ser entendido como um espaço de estrutura complexa o suficiente para suportar o estabelecimento de diversas conexões sociais, econômicas e políticas entre os indivíduos que convivem nestes espaços com os que convivem em outros espaços também de fluxo; os espaços de fluxo, portanto, estabelecem uma relação em rede entre os cidadãos que convivem nesses espaços. O espaço de lugares, por outro lado, não possuem estrutura para que se estabeleça tal fluxo, estão distantes desta interconexão dos espaços de fluxos, e, portanto, limitam seus habitantes às relações que desenvolvem neste espaço isolado. São espaços economicamente mais acessíveis e que são a única opção para aqueles que, em razão de sua condição econômica, estão excluídos dos espaços de fluxo, de acordo com Castells (2003). Para Castells, existe entre estes espaços uma relação de dualismo:

Um novo dualismo urbano está surgindo da oposição entre o espaço de fluxos e o espaço de lugares: o espaço de fluxos, que conecta lugares à distância com base em seu valor de mercado, sua seleção social e sua superioridade infraestrutural; o espaço de lugares, que isola pessoas em seus bairros em decorrência de suas chances exíguas de acesso a melhores locais (por causa de barreiras de preço), bem como à globalidade (por causa da falta de conectividade adequada). (CASTELLS, 2003, p.238).

O espaço de fluxos, por possuírem uma estrutura mais elaborada, está conectado a outros espaços inclusive por vínculos econômicos. As pessoas que convivem neste espaço interagem com o mundo de diversas formas. O espaço de lugares, por outro lado, está isolado em razão de sua estrutura mais precária, não sendo um espaço integrado à realidade globalizada. As pessoas que vivem nestes espaços de lugares, por não terem condições

econômicas de se mudar para um espaço de fluxo, não podem integra-lo, sendo obrigadas a manterem-se isoladas no espaço de menor qualidade estrutural e de conexão instável. Esta desigualdade de conexões em razão da falta de estrutura de certos espaços, somado ao desinteresse empresarial em expandir o acesso a lugares os quais não são habitados por quem tem considerável poder de compra, fazem emergir uma divisão digital global em que certos habitantes podem desfrutar com razoável liberdade da conexão com o mundo virtual, amparados por uma alta tecnologia a qual garante estabilidade de conexão, enquanto outros estão limitados à condição atrofiada tanto de seu poder de compra quanto das limitações tecnológicas de onde habita (CASTELLS, 2003).

Desigualdades sociais, geográfica e estrutural implicam desigualdade digital:

Pode-se afirmar, ao contrário, que, sob as condições sociais e institucionais prevalecentes em nosso mundo, o novo sistema tecnoeconômico parece causar desenvolvimento desigual, aumentando simultaneamente a riqueza e a pobreza, a produtividade e a exclusão social, sendo seus efeitos diferencialmente distribuídos em várias áreas do mundo e em vários grupos sociais. E como a Internet está no cerne do novo padrão sociotécnico de organização, esse processo global de desenvolvimento desigual talvez seja a expressão mais dramática da divisão digital (CASTELLS, 2003, p.262-3).

Esta conclusão de Castells explica, em certa medida, as desigualdades regionais identificadas no infográfico antes apresentado. Ficou evidente que enquanto as macrorregiões financeiramente mais ricas possuem maior percentual de acesso à internet, as macrorregiões mais pobres têm menor percentual de cidadãos com acesso à internet. Se a sociedade utiliza os meios digitais para discutir questões de interesse público, existe, para além de um cenário de exclusão da esfera pública virtual, um reforço das desigualdades existentes, uma vez que os com maiores poderes econômicos e políticos podem expandir ainda mais este poder, e os que já não o possuíam sofrem ainda mais as consequências da desigualdade.

Castells (2003) evidencia que a contradição entre riqueza e pobreza, produtividade e exclusão social está internalizada na Internet, não por peculiaridades de sua estrutura ou por quaisquer condições intrínsecas a ela, mas porque ela é o centro do desenvolvimento tecnoeconômico pelo qual muitas sociedades passam há décadas – levando em consideração o surgimento e disseminação da internet – desenvolvimento que se dá em conjunto com o aprofundamento de desigualdades e geração de exclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível discutir, nesta pesquisa, diferentes visões de autores sobre as transformações sociais e políticas causadas pelo advento e expansão da internet. A articulação criada entre os dados e a discussão teórica permitiu elaborar conclusões sobre o desenvolvimento do ciberespaço enquanto ambiente de debate público.

Primeiro, os dados deixaram nítido que o avanço das redes digitais sobre a vida das pessoas se torna, cada vez mais, um fenômeno em ascensão, capaz de revolucionar todos os aspectos da vida em sociedade, inclusive as formas de interação política. Mais do que entender a sua presença, é necessário entender suas consequências, e nesse sentido a revisão bibliográfica foi capaz de permitir concluir que o ciberespaço carrega a capacidade de ser transformador e reforçador das estruturas da sociedade; transformador na medida em que permite uma forma de interação virtual e universal, e reforçador na medida em que permite a reprodução das desigualdades que existe de forma anterior e independente a ela, sendo utilizada, inclusive, como ferramenta para aumento de ganhos de empresários.

As relações políticas são definitivamente afetadas pela introdução das relações virtuais na sociedade, e existem visões otimistas e pessimistas com relação a seus efeitos, como pudemos demonstrar. Otimistas entendem seu poder de ampliar informações e possibilidades de troca de conhecimento, no entanto, as redes também permitem que os indivíduos escolham com quem querem interagir, isto é, com quem querem criar laços fortes, o que significaria a não construção de relações com sujeitos diversos, pois é possível “cancelá-los” pela discordância de opiniões, evitando qualquer tipo de interação. Esta variação na expectativa sobre o impacto das redes, somada a sua capacidade reforçadora e transformadora, é o que permite a divisão de grupos de autores entre “otimistas” e “pessimistas”.

Não se pode tratar as relações em rede em apenas uma dimensão sem que se abandone uma análise de todas as suas características objetivas, ou seja, a visão unidimensional sobre o objeto tratado não será suficientemente explicativa sobre todas as faces que ele pode assumir:

Na verdade, o que está em crise é uma concepção unidimensional da internet, que nela divisava apenas um instrumento para o progresso e para a democracia. Aparentemente, também aqui o que pode ser usado para o bem pode igualmente o ser emprega- do para o mal. E a internet, seus aparatos, sistemas e agentes tanto podem servir à democracia quanto ao seu contrário. (GOMES, 2005, P.75).

Diante desta conclusão, o que se pode dizer é que a função que o ciberespaço pode assumir depende dos atores e dos interesses em jogo: pode ser utilizado como ferramenta para

o aumento de lucro de empresários, ou como meio de mobilização para ações que visam à transformação das estruturas desiguais da sociedade.

Neste sentido, é possível atingir uma ponderação entre os autores otimistas e pessimistas sobre as redes. As expectativas criadas sobre a internet para com a democracia não foram totalmente frustradas, e é importante perceber que a internet, por si, não carrega ou carregou promessas sobre uma transformação na forma de exercer democracia (GOMES, 2005). No entanto, é fato que traz possibilidades interessantes para ampliar as relações democráticas que devem ser utilizadas da forma mais vantajosa possível. As dificuldades que as redes apresentam em se firmar como democráticas contrastam com as esperanças dos indivíduos sobre elas, mas não se pode afirmar que as redes anulam qualquer possibilidade de fazer delas um espaço político e democrático. Mais do que o meio – a rede digital – a pesquisa corrobora a ideia de que é preciso preparar os cidadãos para a vida democrática, seja para o convívio nos espaços tradicionais, seja por meio das redes digitais.

Sem o preparo dos cidadãos para a vida pública, não há porque esperar que o ciberespaço, ou qualquer outro espaço, seja apropriado pelos indivíduos enquanto meio para discussão e construção de pensamentos e resoluções democráticas para os problemas postos na sociedade. É preciso que as pessoas sejam educadas para viver democraticamente. John Stuart Mill já o disse no seu brilhante *Ensaio sobre a liberdade*:

De fato, praticamente ninguém negará que, após trazerem ao mundo um ser humano, um dos mais importantes deveres dos pais (ou, dado o estado presente da lei e do costume, do pai) é dar a esse ser uma educação adequada para que realize bem a sua parte na vida em relação a si e aos outros (MILL, 2011, p.94).

Concluimos que nos espaços políticos de deliberação *online*, os desafios permanecem, isto é, não estão superadas dificuldades já presentes em espaços *offline* de debate. A desigualdade social, a exclusão de grupos dos debates públicos, a carência de educação política, existem no meio *offline* e se reproduzem *online*. O que os meios digitais permitem é a potencialização do que já existia: dos discursos, das redes de relacionamento; das trocas de informação, mas também significa a potência das notícias falsas, das falas preconceituosas, da organização de grupos extremistas e maléficos à democracia e da intolerância política. Este efeito de potência é suficiente para afirmar o sentido transformador das relações sociais *online* (GOMES, 2005), visto que estão superados os limites espaço-temporais, mas é insuficiente para afirmar que resolvam os problemas postos anteriormente, pelo contrário, pode expandi-los.

Levando em consideração as colocações de John Stuart Mill e de Benjamin Constant, fica a maior lição de todas: para que os cidadãos prosperem na democracia é preciso que sejam educados para tanto; é preciso preparo e disposição para que isso ocorra, e é preciso que estejam dispostos a assumir o compromisso de ser membro ativo das deliberações públicas, e não estar voltado apenas ao que é de interesse privado. E tudo isso é condição primeira para o bom uso das ferramentas digitais em prol da ampliação do debate democrático.

Referências bibliográficas

Azevedo, Daniel Abreu de; Brule, David Melo van den. **CIBERESPAÇO É A NOVA PANACEIA DA DEMOCRACIA?**. Mercator (Fortaleza) [online]. 2021, v. 20. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/SpPX8BgMny8RXjXWH4vxDHF/?lang=pt#> . Acesso em 05 de Maio 2021 às 14h30.

ARENDT, Hannah. **O que é política?**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1993.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. **Perspectivas da ciência da informação**. Revista de Biblioteconomia de Brasília, v.21, n.2, p.155-166, 1997. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/76740>. Acessado em 3 de Abril de 2020 às 14h00.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. **Mudança estrutural no fluxo do conhecimento: a comunicação eletrônica**. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 27, n. 2, p. 122-127, 1998. Disponível em: https://brapci.inf.br/_repositorio/2010/03/pdf_1e51c5555f_0008659.pdf. Acesso em 21 de dezembro de 2020 às 09h00.

BRAMATTI, Daniel; MONNERATI, Alessandra; BREMBATTI, Katia. **Cloroquina tem Bolsonaro como maior influenciador do mundo**. Estadão. Publicado em 6 de junho de 2021. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,cloroquina-tem-bolsonaro-como-maior-influenciador-do-mundo,70003738175>. Acesso em 12 de junho de 2021 às 08:36.

Cetic. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros**. TIC Domicílios 2019. Disponível em: <https://www.cetic.br/pt/tics/domicilios/2019/domicilios/A4/>. Acessado em 04 de Janeiro de 2020 às 08h16 horas.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 2003.

CONSTANT, Benjamin. **Da liberdade dos antigos comparada a dos modernos**. 1ª Edição. São Paulo: Edipro. 2019.

Delmazo, C., & Valente, J. C. L. (2018). **Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques**. *Media & Jornalismo*, 18(32), P.155-169. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/2183-5462_32_11. Acesso em 01 de junho de 2021 às 12h00.

FACEBOOK, 2021. Disponível em:

https://m.facebook.com/privacy/explanation?locale=pt_BR. Acesso em 30 de junho de 2021

GARCIA, Fernando de Flora; LOPES, Cleber de Souza. **As manifestações de agosto de 2017 em Londrina: aproximações e distanciamentos entre movimentos sociais e manifestantes**. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt11-15/10692-as-manifestacoes-de-agosto-de-2015-em-londrina-aproximacoes-e-distanciamentos-entre-movimentos-sociais-e-manifestantes/file>. Acesso em: 30 de junho de 2021.

GOMES, Wilson. **Internet e participação política em sociedades democráticas**. Revista FAMECOS, nº27, 2005. Disponível em:

<http://www.gepicc.ufba.br/enlepicc/pdf/WilsonGomes.pdf>. Acesso em 14 de junho de 2021 às 09h00.

GOMES, Wilson; DOURADO, Tatiana. **Fake News: um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia**. 2019. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2019v16n2p33/41754>
Acesso em 01 de julho de 2021 às 11h25.

HOESCHER, Laura Zorzo. **As variáveis preditoras da cultura do cancelamento nas redes sociais**. Passo Fundo. Monografia (Publicidade e Propaganda) - UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO, 2020. Disponível em:

<http://repositorio.upf.br/bitstream/riupf/1963/1/PF2020Laura%20Zorzo%20Hoescher.pdf>.
Acesso em: 05 de junho de 2021.

HANSEN, J. R. **No computador, na rua ou no smartphone: condicionantes e covariantes do engajamento online**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Maringá, 2016. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/3155>. Acesso em 27/07/2020 às 18h00.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2017. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101631_informativo.pdf. Acessado em 07 de março de 2021.

KAUFMAN, D.. Galáxia (São Paulo, Online), n. 23, p. 207-218, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/5336>. Acesso em: 1 de março de 2021 às 08h50.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 1ª edição. São Paulo: Editora 34. 1999

LEMOES, André. **A comunicação das coisas. Internet das coisas e teoria autor-rede**. Simpósio Simsocial. 2012. Disponível em: https://roitier.pro.br/wp-content/uploads/2017/09/Andre_Lemos.pdf. Acesso em: 11 de novembro de 2020 às 14h34

MILL, S. **Sobre a Liberdade**. Rio de Janeiro: SARAIVA, 2011.

RECUERO, Raquel; GRUZD, Antoliy. **Cascatas de Fake News: um estudo de caso no Twitter**. São Paulo: Galáxia, n 41, p.31-47. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/Kvxg4btPzLYdxXk77rGrmJS/?lang=pt#>. Acesso em: 01 de julho de 2021 às 10h10.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; BORBA, Julian e HANSEN, Jaqueline. **Internet e ativismo político na América Latina e Caribe: Recursos individuais e oportunidades de acesso**. Civitas - Revista de Ciências Sociais [online]. 2019, v. 19, n. 1. Acessado 6 Junho 2021. P. 261-280. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/YFtwM3Zh6p6rqKzgFXDR8kw/?lang=pt#>. Acesso em: 08 de Junho de 2021 às 18:15.

SAMPAIO, Rafael Cardoso. **Participação política e potenciais democráticos da internet**. Revista Debates, Porto Alegre, V.4 n.1, P. 29-53. 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/44922858_PARTICIPACAO_POLITICA_E_OS_POTENCIAIS_DEMOCRATICOS_DA_INTERNET. Acesso em: 06 de junho de 2021 às 18:00.

SANTANA, Rosane Soares. **Participação política online e offline nas eleições presidenciais de 2014 em Salvador**. Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação [online]. 2017, v. 40, n. 3. P. 189-207. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/interc/a/XPqd8t9bWsGqRFBD7pcRmpN/?lang=pt#> . Acesso em 07 de junho de 2021 às 08h30.

STUARI, V.S **Redes e manifestações: novos repertórios e atores**. 2020. Dissertação de mestrado (Mestrado em Ciências Sociais) - UNESP, Araraquara. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/192506>. Acesso em 15 de junho de 2021 às 10h10.

WHATSAPP, 2021. Disponível em: https://faq.whatsapp.com/general/security-and-privacy/end-to-end-encryption/?lang=pt_br . Acesso em: 30 de junho de 2021